

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

“Com algum atraso constituímos a Instituição Financeira de Desenvolvimento, que deverá começar ainda este verão as primeiras intervenções sobre capitais reembolsados no quadro do Portugal 2020”. O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, esta quarta-feira, no debate quinzenal na Assembleia da República.

Por “algum atraso” entenda-se mais de um ano. Não só o prazo temporal definido por Pedro Passos Coelho é vago - verão de 2015 pode mesmo significar que é depois das eleições legislativas - como é a quarta data diferente anunciada para a abertura desta instituição. Recorde-se que, de acordo com o Governo, a Instituição Financeira de Desenvolvimento estaria pronta a funcionar e a cumprir o seu propósito no primeiro semestre de 2014. Findo este prazo, o Governo anunciou que em outubro de 2014 a instituição vulgarmente conhecida como Banco de Fomento estaria a funcionar, data que foi mais uma vez protelada para o início de 2015. Do início de 2015 passámos para o primeiro semestre de 2015. Mas agora sim, desta vez é que é a valer e Passos Coelho vem ao Parlamento indicar que as “primeiras intervenções” terão lugar no verão deste ano.

Certo é que, mais de um ano e meio depois de o Governo ter dado luz verde à criação da Instituição Financeira de Desenvolvimento, esta teima em não sair do papel. Ou melhor, sai. O Conselho de Administração está em funções desde 1 de janeiro de 2015. Este Conselho, que veio substituir a Comissão Instaladora nomeada ainda em 2013, é composto por oito pessoas e o seu responsável máximo tem uma autorização especial para poder ganhar mais do que o próprio primeiro-ministro.

Os vencimentos e a composição do Conselho de Administração da *Instituição Financeira de Desenvolvimento*, de resto, têm sido a maior fonte de notícias desta organização fantasma. Seja porque uma dirigente do CDS, sem qualquer experiência bancária, foi nomeada para a administração, seja pela presença de Estela Barbot, nome ligado ao FMI e que se destacou, enquanto tal, pela sua acérrima defesa pública de todas as posições do Governo PSD/CDS.

Vale a pena lembrar que, desde o primeiro momento, o Bloco de Esquerda sempre questionou a necessidade de criação deste banco de fomento quando o Estado tem um banco, a Caixa Geral de Depósitos, que podia estar a cumprir os supostos propósitos do Banco de Fomento, com a vantagem inegável de estar a funcionar enquanto o último só tem o espaço físico, os custos com a estrutura e um vastíssima estrutura dirigente que recebe mas não se sabe bem o que faz.

Ou seja, a juntar ao custo de oportunidade dos sucessivos atrasos, impõe-se a questão do custo com uma estrutura desfasada das necessidades de uma instituição que, como diz uma fonte conhecedora do processo ao “Expresso”, “no limite negociar contratos de gestão de linhas de crédito com instituições financeiras, uma vez que não será possível nos meses mais próximos e sem recursos humanos suficientes fazer uma análise criteriosa dos projetos”.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, a seguinte questão:

Quais foram, até hoje, os custos com a criação, instalação e “funcionamento” da *Instituição Financeira de Desenvolvimento* (incluindo despesas jurídicas, consultoria, instalações, vencimentos e todos os demais gastos?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 27 de Maio de 2015

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)